

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) NA FORMAÇÃO DOS GRADUANDOS EM LETRAS

Raquel Figueiredo Barretto | rbarretto@fanor.edu.br

Marina Kataoka Barros | mbarros@fanor.edu.br

### INTRODUÇÃO

Os cursos de graduação em Letras foram criados, na década de 30, com o objetivo de oferecer formação superior em línguas e literaturas (FIORIN, 2006). Os primeiros cursos de letras foram estabelecidos com a finalidade de preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior e realizar pesquisas nos vários domínios da língua-cultura que constituem o objeto de seu ensino. (FIALHO, FIDELES, 2008)

A profissionalização do magistério, segundo Lajolo (s/d) foi sempre uma profissionalização pouco compensadora. Por mais de um século não se pediu nenhum tipo de preparo específico para a docência.

Considerando que a qualidade da formação docente é um ponto inquestionável, a utilização das novas tecnologias impacta em transformações consideráveis, pois há necessidade de uma formação ainda mais especializada por parte desse professor, uma vez que as tecnologias mudam muito rapidamente. O que nos leva a uma mudança de atitude, pois o que até então eram práticas inconcebíveis, passam a serem práticas modernas, ações inovadoras e posturas comunicativas (PONTE, 2000).

Segundo Valente (1993), a capacitação docente para atuar com tecnologia em sala de aula dá-se através dos cursos de pós-graduação. E, segundo o autor, a estrutura dos cursos de pós-graduação necessita adequar-se, constantemente, as mudanças tecnológicas tão rapidamente sofridas.

É a emergência do ciberespaço, ambiente de extrema complexidade, que gera novos processos e produtos. É possível comunicar-se de maneira mais “colaborativa, plural e aberta” É um novo tempo que favorece o compartilhamento das informações, com perspectivas de

enriquecimento da cultura e modificações no fazer político. Daí a urgência de preparar professores em direção às exigências dessa nova realidade, para o uso das tecnologias digitais. (LEMOS; LEVY, 2010, p.27).

Porém, entendemos que desde a formação inicial, o futuro professor precisa conhecer e capacitar-se para atuar com a tecnologia, por isso, a problemática desta investigação foi: como se dá a formação inicial do licenciado em letras em Fortaleza para trabalhar com tecnologias educacionais? Quais as consequências dessa ausência/presença de formação para atuar com tecnologias educacionais em sala de aula? Assim, diante dessas inquietudes a análise da formação inicial é necessária para compreendermos como esses futuros professores atuarão com as novas tecnologias.

## **OBJETIVO**

O objetivo desta pesquisa foi analisar como se dá a formação de licenciados em letras no Ceará para atuar com a questão das tecnologias digitais na educação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Dentre inúmeras estratégias para fomentar a criticidade e o papel ativo dos aprendentes, a tecnologia surge como um recurso que pode facilitar a participação e o envolvimento dos alunos no seu processo de ensino e aprendizagem.

Considerando este novo cenário da utilização da tecnologia, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também assinalam a importância de integrar à metodologia de ensino diferentes e novas maneiras de comunicação e conhecimento. Sendo assim, o computador age como potencializador de resoluções e construções a cerca do tema estudado, fornecendo diferentes visões das situações. Nesse contexto, vários estudiosos utilizam esta ferramenta para facilitar, promover e propiciar novas realizações e situações aos seus alunos. (CASTRO, CASTRO FILHO, 2011).

Sem dúvidas, as tecnologias digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, facilitam tarefas rotineiras e aceleram a realização de diferentes trabalhos. Se por um lado isso traz esses benefícios, por outro pode aprofundar diferenças entre classes sociais, afirmam os autores. Por exemplo, essa diferença pode ocorrer na inserção no mercado de

trabalho:

A exigência de um domínio básico dos usos das tecnologias digitais para ocupar postos de trabalho está cada vez mais presente em anúncios de emprego. Isso também pode dificultar a entrada dos chamados “excluídos digitalmente” no mercado de trabalho. (JUNQUEIRA E NETO, 2009, p 2).

Por isso, as tecnologias digitais devem ser cada vez mais inseridas na formação dos profissionais, quanto mais cedo melhor, para que não ocorra essa exclusão digital e sim uma inclusão digital.

De acordo com Valente (2005), a inclusão digital vai além da distribuição de equipamentos, ou seja, não basta disponibilizar as tecnologias para que as pessoas possam usá-las. Afinal, elas poderão aprender a manusear alguns *softwares*, porém não terão condições de se apropriar das TIDC para promover as transformações necessárias na melhoria da qualidade de vida.

Em Portugal, conforme estudo de Coutinho (2006), há um crescente programa de aparelhamento das escolas. Segundo a autora, todas as escolas da rede pública têm, pelo menos, um computador com acesso à Internet. Porém, o que chama a atenção no estudo é que os computadores estão subaproveitados, ou seja, há uma necessidade urgente de investimentos na formação docente para atuar com a ferramenta.

Além dessa formação continuada para atuar com Tecnologias educacionais, os professores precisam ainda reconhecer que as TIDC promovem uma mudança significativa e paradigmática na relação professor-aluno, na relação aluno-aluno e na relação professor-professor, ou seja, toda a comunidade escolar passa a ser parceira de um mesmo processo de construção do conhecimento (PONTE, 2000). Mais uma vez, sendo válida a reflexão de como utilizar a tecnologia para gerar construção de conhecimento e como nesse processo o professor atua como mediador surge a necessidade de ,desde a graduação, a preparação para utilizar em sala as TIC's.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma pesquisa documental, transversal, exploratória, descritiva, no

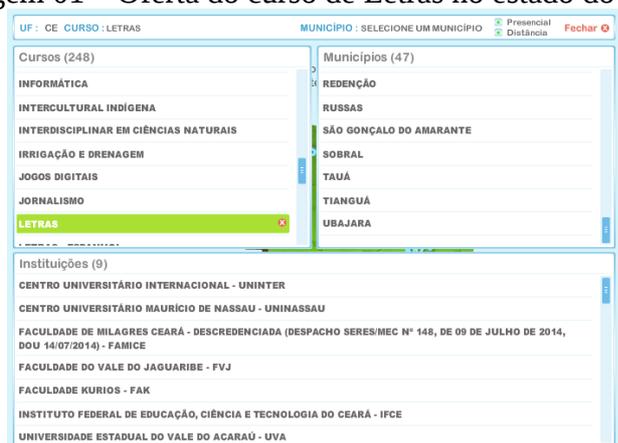
**XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**  
**IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO**  
**FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX**

primeiro semestre de 2015. A busca pelo *corpus* deu-se da seguinte maneira: realizou-se uma busca inicial nos sítios eletrônicos das IES que atuam em Fortaleza e, em seguida, foi feita busca no sítio daquelas que ofertam o curso de Letras. Finalmente, a análise dos dados deu-se através da abordagem quantitativa.

## DESENVOLVIMENTO

Das 35 instituições de ensino superior que atuam no estado do Ceará, há a oferta de cursos de Letras em 9 delas:

Imagem 01 – Oferta do curso de Letras no estado do Ceará



Cursos (248)	Municípios (47)
INFORMÁTICA	REDENÇÃO
INTERCULTURAL INDÍGENA	RUSSAS
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	SOBRAL
JOGOS DIGITAIS	TAUÁ
JORNALISMO	TIANGUÁ
<b>LETRAS</b>	UBAJARA

Instituições (9)
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU - UNINASSAU
FACULDADE DE MILAGRES CEARÁ - DESCREDENCIADA (DESPACHO SERES/MEC Nº 148, DE 09 DE JULHO DE 2014, DOU 14/07/2014) - FAMICE
FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE - FVJ
FACULDADE KURIOS - FAK
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ - UVA

Fonte: E-mec (2015)

Das 09 instituições, 06 são particulares e 03 são instituições públicas. Quanto à localização, apenas 01 oferta o curso na capital e 05 delas em outra cidade do estado. Quanto à modalidade do curso, 06 ofertam o curso na modalidade presencial e 03 na modalidade a distancia. Das 09 IES que ofertam o curso de Letras no Ceará, em apenas 05 delas as matrizes curriculares estavam disponíveis em seus respectivos sítios eletrônicos.

Em todas as matrizes do curso de Letras avaliadas, encontramos como objetivo, além da formação técnica propriamente dita, a preocupação com a formação docente desse alunado. Mas, em nenhuma delas encontrou-se indicação expressa sobre a formação do futuro professor para atuar com as tecnologias educacionais no seu ambiente profissional.

**XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**  
**IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO**  
**FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX**

Tabela 01 \_ Descrição das matrizes curriculares do curso de Letras

<b>IES</b>	<b>modalidade</b>	<b>Carga horária total</b>	<b>Disciplina</b>
Uninter	EAD	3.040h	Orientação para educação a distância (1 semestre)
UNINASSAU	EAD	3 480h	Informação não consta
Famice	Presencial Milages (CE)	-	10 Introdução à Educação a Distância
FVJ	Presencial Aracati (CE)	-	Informação não consta
FAK	Presencial Maranguape (CE)	-	Informação não consta
IFCE	Presencial Crateús (CE)	-	Informação não consta
UVA	Presencial Sobral (CE)	-	Informação não consta
UFC	Presencial Fortaleza (CE)	2.720h até 3.131h	Não há disciplina
UNOPAR	EAD	2.820h	Educação a distancia (1 semestre)

Fonte: dados da pesquisa

Acredita-se que a disciplina ofertada pela IES Uninter refira-se mais a uma preparação para o aluno aprender como usar o ambiente virtual de aprendizagem no qual a sua graduação ocorre e não sobre a importância das TIC's para sua atuação profissional.

Na matriz da FAMICE já fora identifica uma disciplina sobre EAD. Acredita-se que, mesmo sendo ofertada uma única disciplina para tal fim, seja essa disciplina que consiga apresentar o mundo das tecnologias de informação e comunicação no universo do futuro profissional.

No site da UNIOPAR, encontramos as breves informações sobre cada uma das disciplinas do curso. Encontramos a disciplina denominada educação a distancia, ofertada no 1 semestre, que recebe a denominação de formação de professor.

No site da UFC, além do acesso a matriz curricular, tem-se ainda acesso ao PPC (projeto pedagógico do curso).

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A oferta da disciplina relacionada às TIDC na formação do professor não é condição *sine qua non* de que essa formação se dê de forma satisfatória. O currículo do curso de Letras

deve primar pela interdisciplinaridade e não pelo desenvolvimento de currículos fragmentados e dicotomizados em parte teórica X prática ou língua X literatura, pois estes contribuem para uma formação acrítica, deficiente e sem vivência adequada da realidade escolar.

Além disso, o novo paradigma educacional exige que o docente possua visão integrada e crítica da educação. A formação dos professores precisa dar conta desses elementos, levando em consideração o desenvolvimento das consciências cognitiva e valorativa. (GONCALVES, NUNES, 2005)

Educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação afetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para ‘aprender a aprender’, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica (BRASIL, 2000, p.45)

A necessidade de investimento na formação docente (formação básica e continuada) é latente. É possível perceber grande angústia em muitos educadores, que se sentem ameaçados pelas tecnologias que invadem os espaços escolares, como: celulares, tablets, redes sociais. Ponte (2000), afirma que entrelaçar as facetas tecnológicas e pedagógicas ainda é um processo longo a ser percorrido.

O estudo de Gonçalves e Nunes (2005) aponta ainda uma diferença significativa na formação dos professores do interior para atuar com as TIDC em detrimento da formação de professores ofertada na Capital do Ceará. Mas, apesar das diferenças identificadas pelo pesquisador, a qualidade da formação deixa muito a desejar.

De acordo com o artigo 81 da LDB regulamentado pela portaria 4.059/2004, 20% das disciplinas dos cursos presenciais podem ser ofertados na modalidade EAD. Ou seja, é possível que o aluno, mesmo matriculado num curso presencial, curse uma disciplina na modalidade EAD. E, dependendo da matriz curricular do aluno, este pode ser seu único contato com TIC's.

Segundo Valente (1993) a formação em informática em educação apresenta certas peculiaridades. A principal delas é: o uso da informática em educação não significa a soma de informática e educação, mas a integração dessas duas áreas. Para haver integração, é necessário que haja domínio dos assuntos que estão sendo integrados.

Além disso, o autor ainda enfatiza que o domínio do assunto tecnologia educacional demanda muito tempo da formação do professor.

Outro aspecto importante refere-se às mudanças no campo da política de formação docente, no Brasil, também refletem a necessidade de preparação para o uso das tecnologias educacionais. Conforme reconhece o Parecer CNE/CP nº 9/2001, existe uma ausência de conteúdos relativos às TIC nos currículos dos cursos superiores de formação docente (BRASIL,2001). A Resolução CNE/CP nº 1/2002, ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior, tenta solucionar essa defasagem, exigindo que a organização curricular dos cursos leve em consideração o preparo dos docentes para “o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores” (BRASIL, 2002, art. 2º, inciso VI)

No Ceará, especificamente, a Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) vem oferecendo cursos relacionados ao uso de *softwares*, como o Educarede. No âmbito municipal, a prefeitura de Fortaleza iniciou o Programa um computador por aluno (PROUCA), que determina, entre outras questões, a necessidade de inscrição do professores num curso de capacitação oferecido pela UFC Virtual.

As tentativas para incluir o estudo das novas tecnologias nos currículos dos cursos de formação de professores esbarram nas dificuldades com o investimento exigido para a aquisição de equipamentos, e na falta de professores capazes de superar preconceitos e práticas que rejeitam a tecnologia mantendo uma formação em que predomina a reprodução de modelos substituíveis por outros mais adequados à problemática educacional (MERCADO, 1998).

Segundo o mesmo autor, a formação do professor para atuar com TIDC dá-se, predominantemente, nos curso de pós-graduação *latu sensu*. Sabe-se da necessidade da formação contínua e continuada para a melhoria da qualidade educacional. No tocante a formação do professor para atuar com TIDC, a necessidade de atualização é latente, uma vez que as mudanças tecnológicas avançam numa rapidez muito maior que os currículos de

formação de professores.

## **CONCLUSÃO**

As tecnologias se alteram velozmente, produzindo-se muitas inovações. O meio educacional é desafiado a ousar e a alcançar os intentos de promover um ensino de boa qualidade com o auxílio das ferramentas tecnológicas. A formação de professores, como processo sistemático e organizado, deve ser realizada de forma crítica e reflexiva. Implica ato de aprender a ensinar que requer conhecimento prático, investigação, trabalho colaborativo e socialização.

A utilização da tecnologia pode ser uma forte aliada para romper com as barreiras do tradicionalismo, porém não será a resolução de todos os problemas enfrentados pelo meio escolar. A realidade das escolas brasileiras é dura, e ao ultrapassarmos a barreira da aceitação das TIC, poderemos encontrar a da falta de tais recursos. Neste momento, caberá a nós encontrar a solução para que possamos contribuir para uma educação de melhor qualidade. (VIEIRA, 2012)

Para tanto, pensar na formação contínua do educador se faz necessário e urgente, possibilitar um espaço em que não aprenda apenas a lidar com as tecnologias, mas que possa refletir e ao mesmo tempo aprender a transpor esta aprendizagem em uma linguagem que possa estar conectada às novas facetas do modo de aprender dos educandos nesta era das conexões (CASTELLS, 1999)

É possível afirmar que a Universidade pode contribuir significativamente nesta reflexão e neste espaço de formação, gerando possibilidades de diminuir a distância entre teoria e prática, corroborando in loco com a aproximação das tecnologias com o currículo escolar que se constitui em movimento e não mais estático, com quebra de paradigmas e construção de uma nova concepção de ensino pautado nas necessidades evidentes deste tempo (ALARCÃO, 2000)

Apesar das recentes políticas públicas para a promoção da inclusão digital como a adoção do software livre pelo Governo Federal, do incentivo a cultura digital e da discussão sobre o sistema brasileiro de TV Digital (SERPA, 2004), há a necessidade de investimento urgente no campo da formação de professores para trabalhar com as TIDC em sala de aula e promover, de fato, a inclusão social dos estudantes e, conseqüentemente, de toda a

comunidade escolar.

As limitações deste estudo são evidentes: a análise documental restringiu-se a oferta de cursos de letras no estado do Ceará e a amostra constituiu-se de um pequeno número de cursos. Mas, certamente, as evidências levantadas neste trabalho apontam para a necessidade de aprofundamento do estudo.

## **REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALARCÃO, Isabel. (Org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto Editora, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde. TAKAHASHI, Tadao (Org). Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: < [http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacaoe-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL\\_livroverdeSI.pdf](http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacaoe-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001, de 8 de maio de 2001. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>.

BRASIL. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/Acesso> em: 22 jul 2015

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n. 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf). Acesso em: 23 jul 2015

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J.B.; CASTRO FILHO, J.A. Projeto Um Mundo de Informações: Integração de tecnologias digitais ao currículo escolar. In: Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação, 2011.

COUTINHO, Clara Pereira. Utilização de blogues na formação inicial de professores : um estudo exploratório.

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO  
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6455>

Acesso em: 08 julho 2015

FIALHO, Denise da Silva; FIDELES, Lara Lopes. As Primeiras Faculdades de Letras no Brasil. 2008 Disponível em: [http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106:as-primeiras-faculdades-de-letras-no-brasil&catid=1080:ano-2-no-02-12008&Itemid=11](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106:as-primeiras-faculdades-de-letras-no-brasil&catid=1080:ano-2-no-02-12008&Itemid=11). Acesso em: 14 de julho de 2015.

FIORIN, Jose. Luiz. A criação dos cursos de letras no brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. 2006. Disponível em : <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/887/752>. Acesso em : 26 jun. 2015

GONCALVES, Marluce Torquato Lima; NUNES, João Batista Carvalho. Tecnologias de informação e comunicação: limites na formação e prática dos professores. 2005. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT16-2177--Int.pdf>. Acesso em: 02 jul.2015

JUNQUEIRA, Eduardo; NETO, Hermínio. O que é inclusão digital? um novo referencial teórico Linhas Críticas, Brasília, v. 14, n. 27 p. 345-362, jul./dez. 2009.

LAJOLO, Marisa. No jardim das letras, o pomo da discórdia. s/d. Disponível em : <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html>. Acesos em : 14 de julho de 2015

LEMOS, A; LEVY, P. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia. Tradução de André Lemos. São Paulo: Paulus, 2010.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Formação docente e novas tecnologias. IV Congresso RIBIE, Brasili, 1998

PONTE, João Pedro da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Ibero-Americana de Educación**. OEI. N. 24, setembro/outubro, 2000. Disponível em <http://www.oei.es/revista.htm>. Acesso em 30 de junho de 2015.

PUCCI NETO, João. A INCLUSÃO DIGITAL DOCENTE: DO GIZ A ERA COMPUTACIONAL. 2009. Disponível em : [http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/14\\_inclusao\\_digital.pdf](http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/14_inclusao_digital.pdf). Acesos em : 14 de julho de 2015.

SERPA, F. Rascunho Digital: Diálogos com Felipe Serpa. Salvador: Udufba, 2004.

VALENTE, José Armando. Formação de profissionais na área de informática em educação. Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação. Primeira edição, Campinas: NIED–Unicamp, p. 114-134, 1993.:

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO  
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

**VALENTE, José Armando. Prefácio. In: PELLANDA, Nize Maria Campos;  
SCHLÜZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLÜZEN JÚNIOR, Klaus (Orgs.). *Inclusão  
digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-20.**